

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.014 - RO (2020/0258879-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : TOZZO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA  
**ADVOGADOS** : CRISTIANO SILVEIRA - RO001157  
ANDRÉ BONIFÁCIO QUEIRÓZ RAGNINI - RO001119  
**AGRAVADO** : TEREZINHA LEÔNCIO TOME  
**AGRAVADO** : JONAS ALMEIDA XAVIER  
**ADVOGADOS** : AMARO VINICIUS BACINELLO RAMALHO - RO003212  
SAMIR TADEU DUARTE MORENO JARUDE - AC003148  
DULCINEIA BACINELLO RAMALHO - AC003447  
JAMILE NAZARE DUARTE MORENO JARUDE -  
AC003369  
**INTERES.** : JOAO BATISTA LEITAO - ME  
**INTERES.** : REMOPECAS RETIFICA DE MOTORES E PECAS LTDA  
**ADVOGADOS** : EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO - RO004643  
GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI -  
RO005546

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por TOZZO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim resumido:

Apelação cível. Reparação de danos no veículo. Responsabilidade solidária. Ressarcimento. Inexistindo demonstração de excludente de responsabilidade, deve ser mantida a sentença que concluiu pela falha na prestação do serviço.

Alega a recorrente violação do art. 141 do CPC, diante da ocorrência de julgamento *extra petita*, pela inversão do ônus da prova, trazendo os seguintes argumentos:

No presente caso a decisão de inversão do ônus da prova representa verdadeiro erro de procedimento intrínseco, ou seja, de um vício formal da própria decisão impugnada, e a consequente devolução do processo para o juízo a quo, com a finalidade de ser proferido um pronunciamento judicial adequado. (fls. 331). Desta forma a nulidade da r. sentença que ultrapassou efetivamente os limites do pedido do autor, afrontando na época

o então artigo 460 do CPC/73 e atualmente contrariando o disposto no artigo 141 do Código de Processo Civil em vigor.

Salientamos que a decisão de inverter o ônus da prova, sem pedido dos autores, foi o fundamento utilizado na condenação da recorrente e isso evidencia prejuízo efetivo, além de expressamente representar verdadeiro cerceamento de defesa, já que em regra a inversão do ônus da prova deve ocorrer até o saneamento do processo para que a parte contra qual se operou a inversão, tenha condições de se preparar e produzir as provas necessárias para comprovação de suas alegações. (fls. 331).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Tozzo suscita, preliminarmente, o julgamento extra petita, sob o argumento de que não houve pedido na exordial para inverter o ônus da prova, deixando de requerer a produção de provas por preclusão temporal.

Embora não tenha despacho declarando a inversão, pela dinâmica do ônus da prova, os autores precisavam com provar o fato constitutivo de seu direito (art. 373, I do CPC/2015 em correspondência ao art. 333, I do CPC/73). Da mesma forma, caberia às requeridas demonstrar fato impeditivo ou extintivo do direito da parte autora, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015(art. 333, II do CPC/73).

Assim, apesar de ser aplicável as regras do CDC, não se trata de procedência automática dos pedidos iniciais em razão da inversão, pois as partes também tinham o dever de fazer provas mínimas do direito alegado.

Ademais, a apelante Tozzo nem mesmo mencionou quais provas pretendia produzir a fim de demonstrar que a sentença teria lhe prejudicado. Tampouco houve demonstração de decisão exIita pefila, por não se tratar de concessão de coisa diversa da requerida pela parte autora, tendo sido observado os arts. 141 e 492 do CPC/2015 (arts. 128 e 460 do CPC/73). (fls. 294/295)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP,

# *Superior Tribunal de Justiça*

relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente